



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 11953/2009
Rubrica: _____

Processo n.º 11.953/09 (dois volumes e dois anexos)

Origem: Região Administrativa XVII – Riacho Fundo

Assunto: Inspeção

Ementa: Representação n.º 06/2009-CF acerca de possíveis irregularidades ocorridas em diversas Administrações Regionais, na execução de obras contratadas mediante convites. Inspeção realizada na Região Administrativa XVII – Riacho Fundo, em obediência à Decisão nº 1.117/09-CSPM. Decisão nº 3.673/2009-CSPM. Atendimento das diligências. Apresentação de justificativas. A Instrução sugere a improcedência das justificativas apresentadas, com aplicação de multa aos responsáveis. O Ministério Público acolhe as proposições do Corpo Técnico, com o acréscimo de se aplicar aos responsáveis a pena prevista no art. 60 da Lei Complementar nº 1/94 (inabilitação para o exercício de cargo público). VOTO de acordo com a Instrução. Lavratura de acórdãos. Pedido de vista. Voto divergente.

VOTO DE VISTA

Na Sessão do dia 26.06.2012, pedido vista dos autos para melhor inteirar-me da matéria nele contida.

Os presentes autos foram constituídos em atenção ao comando constante do item III da Decisão n.º 1117/09.

Realizada, então, essa inspeção, o Tribunal exarou a Decisão n.º 3673/09.

Nesta fase processual, examina-se o atendimento da Decisão n.º 3673/09.

Dentre outros, colhe-se do autor do voto condutor da Decisão n.º 3673/09 o seguinte excerto (fl. 60):



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 11953/2009

Rubrica: _____

“Em princípio, restam cristalinamente demonstrados pela instrução, fortes indícios de ilegalidade generalizada na condução dos procedimentos licitatórios, mediante ‘convite’, levados a efeito pela Administração Regional de Riacho Fundo (RA-XVII), ao final do exercício de 2008, que precisam ser apurados, mediante o devido processo legal, pelo controle interno do Poder Executivo.”

A origem do entendimento acima transcrito encontra-se no Relatório de Inspeção n.º 09/2009, onde os seus subscritores deixam consignado o seguinte:

“Em outra frente, cabe apurar as responsabilidades e imputar as sanções cabíveis àqueles que concorreram para a ocorrência dos ilícitos em questão. As coincidências verificadas nos três convites em análise apontam para possibilidade de ter havido comunicação entre as licitantes no sentido de desvirtuar os objetivos do processo licitatório.”

Em razão disso, o item II, alínea “a”, da Decisão n.º 3673/09 exarou a seguinte ordem:

“II – determinar à Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do DF que: a) instaure, em razão das irregularidades descritas no Relatório de Inspeção, os devidos processos administrativos ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 87, c/c art. 88, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993 às seguintes empresas: ECC Construtora Ltda., Edil Projetos e Construções Ltda., Menezes Engenharia e Construções Ltda., Tec Construtora, Queiroz Engenharia e Consultoria Ltda., Brisa Construções; MHS – Empreendimentos Construtora e Incorporada Ltda., RCS Tecnologia, RN Construtora Ltda., Construtora Ipê, Construtora Pollo Comércio e Incorporações Ltda., Eriscstel Construções Ltda. e DLM Construções Ltda.”

Sobre o atendimento da determinação acima transcrita, a Unidade Técnica registrou o seguinte:

“No que tange ao item “II.a” e “II.b” do decisum, que determinou à Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**Folha:
Processo: 11953/2009
Rubrica: _____

Corregedoria-Geral do Distrito Federal (SEOPS/CGDF) que adotasse as medidas necessárias ao cumprimento da lei em razão dos achados destes autos, bem assim que promovesse a audiência das empresas envolvidas, ante a possibilidade de aplicação das sanções administrativas previstas no art. 87, c/c o art. 88, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993¹, registra-se que foram protocoladas por aquela Pasta as peças de fls. 183/214, por meio das quais comunicou o cumprimento da diligência. De efetivo, tem-se a instauração dos processos administrativos e a respectiva constituição de comissão de servidores, por força da Portaria Conjunta nº 09, de 10 de dezembro de 2009, fl. 185, bem como a prorrogação por 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, na forma do ato publicado no DODF em 12/02/2010, fls. 212/213.”

Para prosseguir no feito, sem a ultimação dos processos administrativos noticiados na transcrição supra, a instrução valeu-se do seguinte raciocínio:

“Esses atos já implementados cumprem a demanda expedida por esta Casa, que se restringiu a impingir à SEOPS/CGDF a deflagração do procedimento, cujo exame de mérito se afigura de competência própria da Administração. Tais ações muito se assemelham ao processo administrativo disciplinar, para o qual vale destacar o seguinte trecho do Voto condutor da Decisão nº 6212/2005, expedido pela Conselheira Marli Vinhadeli:

*‘(...) 12.Assim, o que está em apreciação pela Corte são as conclusões da tomada de contas especial. **O Processo Administrativo Disciplinar** se fez necessário para subsidiar o julgamento desta TCE. **Este Tribunal não tem competência para apreciar mérito de Processo Administrativo Disciplinar (LC 01/94, art. 1º). As providências dele decorrentes são de natureza exclusivamente administrativas (Lei nº 8.112/90, art. 127). g.n.....”.***

Com efeito, ainda inexistem provas cabais de que houve *“comunicação entre as licitantes no sentido de desvirtuar os objetivos do*

¹ I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 11953/2009
Rubrica: _____

processo licitatório”, visto que os processos administrativos ainda não foram finalizados. Sendo assim, até agora, o que se têm são indícios e possibilidades.

É forçoso reconhecer que o resultado da apuração que está sendo levada a efeito no âmbito do Poder Executivo influencia e serve de chave hermenêutica para examinar e individualizar a conduta dos servidores públicos responsáveis.

Cobra relevo lembrar que a autora do voto condutor da Decisão n.º 6212/05, cujo excerto o nobre Relator agasalhou em seu voto, deixou consignado que o *“Processo Administrativo Disciplinar se faz necessário para subsidiar o julgamento desta TCE.”*

Ora se a Unidade Técnica entendeu, quanto ao processo administrativo disciplinar de que trata a Decisão n.º 6212/05, que as questões deste processo *“muito se assemelham ao processo administrativo disciplinar”*; então, segue-se que o deslinde do presente feito depende do resultado dos processos administrativos ainda não ultimados.

Como fundamento do voto condutor da Decisão n.º 3673/09, ficou assentado o seguinte:

“Em princípio, restam cristalinamente demonstrados pela instrução, fortes indícios de ilegalidade generalizada na condução dos procedimentos licitatórios, mediante ‘convite’, levados a efeito pela Administração Regional de Riacho Fundo (RA-XVII), ao final do exercício de 2008, que precisam ser apurados, mediante o devido processo legal, pelo controle interno do Poder Executivo.”

Essa apuração ainda não foi ultimada pelo controle interno do Poder Executivo. Segue-se disso que fugir dessa orientação é comprometer o princípio do devido processo legal, defendido pelo nobre Relator, e fazer cair pesada e extemporaneamente a mão do controle sobre os servidores públicos envolvidos. Nessa linha de raciocínio, cumpre trazer a registro que a Decisão n.º 3673/09, em seu item II, alínea “b”, determina que sejam adotadas *“as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, em razão das irregularidades comentadas no Relatório de Inspeção, atentando para o disposto no art. 49 d Lei n.º 8.666/1993.”*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 11953/2009
Rubrica: _____

O *caput* do art. 49 da Lei de Licitações é de seguinte teor:

“Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.”

Esse dispositivo exige a existência de fato superveniente devidamente comprovado para os casos de revogação do certame. Com efeito, os convites que aqui estão sendo hostilizados são de 2008 e, até agora, o Poder Executivo não conseguiu ultimar as apurações quanto às questões suscitadas. Mas, apesar disso, essa comprovação está sendo exigida dos servidores públicos responsáveis pelos atos inquinados de irregulares, no curto espaço de tempo que tiveram para decidir a questão.

Posto esse quadro, entendo que o processo ainda não se encontra pronto para uma deliberação plenária.

Daí por que, com as vênias de estilo ao nobre Relator, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento: a) das peças de fls. 183/214 e 228/237, considerando cumpridas as diligências determinadas pelo inciso II da Decisão nº 3.673/2009; b) das defesas de fls. 83/166, considerando-as improcedentes; c) dos documentos de fls. 215/227, informando à empresa Brisa Construções Ltda. que o foro para apresentação de suas justificativas se situa no âmbito da Secretaria de Estado de Transparência e Controle;

II – sobresteja o exame de mérito dos autos até o cumprimento do quanto determinado no item II, alínea “a”, da Decisão n.º 3673/09;

III – determine à Secretaria de Estado de ordem Pública e Social e à Corregedoria Geral do Distrito Federal que,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 11953/2009

Rubrica: _____

quando forem ultimados, envie a este Tribunal os processos administrativos de que trata o item II, alínea “a”, da Decisão n.º 3673/09;

IV – autorize o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.

Brasília, em 29 de junho de 2012.

MANOEL DE ANDRADE
Conselheiro

DIGITALIZADO